

RESOLUÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS MÉDICAS No 7/2011.

CRITÉRIO PARA HABILITAÇÃO PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO DO PPG-CM

Em sua reunião extraordinária, realizada no dia **04 de maio de 2011**, e de acordo com o Regulamento do Programa de Pós-graduação em Ciências Médicas, o Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas (PPG-CM), resolveu estabelecer a normatização a seguir para a habilitação para participação dos orientadores credenciados no processo de seleção do PPGCM.

Art. 1º. Para a habilitação para orientação no período de seleção o orientador deverá: comprovar publicação/aceitação que perfaça no **mínimo 225 pontos**, de acordo com o documento da área de Medicina 1 da CAPES, explicitado no Art. 4º; não ter alunos de Mestrado com mais de 24 meses e de Doutorado com mais de 48 meses no Programa; ter oferecido pelo menos uma disciplina no Programa de PG-CM no último ano; e ter o seu *Curriculum vitae* Lattes certificado e atualizado nos últimos 3 meses.

Art. 2º. Para pontuação dos artigos publicados, aceitos e submetidos serão utilizados os dados definidos na reunião da CAPES de novembro de 2009, definindo-se FI como fator de impacto de acordo com o Journal Citation Report, nas categorias:

- A1: FI > 3,8**
- A2: FI < 3,799 e > 2,5**
- B1: FI < 2,499 e > 1,3**
- B2: FI < 1,299 e > 0,1**
- B3: Periódicos no PUBMED**
- B4: Periódicos no Scielo**
- B5: Nenhuma das classificações acima**

E a equivalência em pontos:

- A1 = 100 pontos**
- A2 = 80 pontos**
- B1 = 60 pontos**
- B2 = 40 pontos**
- B3* = 20 pontos**
- B4* = 10 pontos**
- B5* = 5 pontos**

*** Para efeitos de cálculo serão aceitos, no máximo, 3 (três) artigos por extrato, nesses extratos.**

§ 1º. A avaliação da produção científica do triênio será feita pela análise do *Curriculum*

vitae Lattes certificado no triênio.

§ 2º. Define-se o triênio para análise como o ano letivo atual e os dois últimos anos imediatamente anteriores.

Art. 3º. Essa resolução entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 06 de maio de 2011.